



PARTIDO DOS TRABALHADORES

Diretório Nacional

**CADERNO DE CONTRIBUIÇÃO DE TEXTOS
À REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL EM
08/07/2023.**

ÍNDICE

TEXTO APRESENTADO POR DAP.....	03
TEXTO APRESENTADO POR DS e MS.....	07
TEXTO APRESENTADO POR MPT e TRIBO.....	13
TEXTO APRESENTADO POR AE.....	20
TEXTO APRESENTADO POR CNB.....	40
TEXTO APRESENTADO POR AVANTE.....	46
TEXTO APRESENTADO POR RS.....	52

**CONTRIBUIÇÃO DO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA (DAP)
AO DIRETÓRIO NACIONAL DE JULHO DE 2023**

O balanço dos seis meses do terceiro mandato do presidente Lula se dá numa situação mundial marcada pelas consequências da guerra na Ucrânia, uma guerra que não é dos povos russo ou ucraniano, e tampouco dos povos da Europa e do mundo. Desde o ano passado, junto com outros companheiros e companheiras, nos manifestamos contra essa guerra, afirmando “Nem Zelensky-OTAN; Nem Putin”, cessar fogo imediato e incondicional. O DAP se congratula com a posição do presidente Lula de negar participação direta ou indireta do Brasil nessa guerra, e o alinhamento com qualquer um dos lados, insistindo na paz e no cessar fogo.

Essa é a questão central da situação mundial. Mesmo se há um reerguimento do movimento sindical na Europa e nos EUA, e, em particular, na França, as sucessivas greves e manifestações de milhões contra a reforma da previdência de Macron, seguida agora da revolta de jovens esmagados pelos sucessivos governos.

Ao mesmo tempo, de nossos vizinhos na América Latina chegam alertas.

Numa situação difícil de pressão cada vez maior do imperialismo estadunidense – seja a pretexto da “guerra comercial” com a China, seja para simplesmente restabelecer uma hegemonia sem falha – os chamados governos “progressistas” estão frente a importantes desafios para avançar no rumo que seus povos aspiram.

Para avançar, de saída, não podemos abrir mão da luta contra o bloqueio de Cuba e a trava semelhante imposta ao governo da Venezuela. A soberania de um é a soberania de todos.

Mas tampouco podemos fazer como se não víssemos a degeneração autoritária do governo Ortega-Murillo na Nicarágua – ainda mais depois da morte

de centenas numa tentativa de reformar a previdência há cinco anos – e que agora desembocou na expulsão e “desnacionalização” de 200 heróis e dirigentes sandinistas, parte da revolução que tantas esperanças suscitou no Brasil e no mundo, além de importantes intelectuais e bispos. A denúncia do fato fortalece a luta contra o imperialismo, ao dialogar com o legítimo sentimento dos povos frente ao arbítrio, até para uma integração latino-americana autêntica, e ajuda a desmontar a “aura” democrática de quem (EUA e outros) apoia ditaduras dinásticas no Oriente Médio.

Por outro lado, no Chile, o “progressista” Boric, de concessão em concessão ao empresariado e à direita pinochetista, hoje amarga derrotas e perdeu apoio popular. Foi assim no simulacro de constituinte, o Conselho Constitucional de 50 membros tutelado por 24 “sábios”, que, diante de uma maré de votos nulos, brancos e abstenções, deu à direita e à extrema direita a maioria. Mas da Colômbia vem outro exemplo, certamente mais inspirador, o do presidente Petro que, ao enfrentar obstáculos no parlamento erguidos por seus próprios aliados, demitiu 7 ministros e rompeu com parte do seu bloco parlamentar de sustentação fazendo um chamado direto ao movimento popular e sindical a manifestar e pressionar desde as ruas em favor das reformas (Saúde, Trabalhista e Agrária).

Não é assunto para uma reflexão no Brasil?

Nesses primeiros meses de governo Lula, várias medidas positivas foram adotadas (salário mínimo, bolsa família, isonomia salarial para a mulher, fim de novas privatizações e várias outras que todos conhecemos), medidas apoiadas pelos sindicatos, movimentos e partidos de esquerda, mas apesar disso a questão não-resolvida da tutela militar (artigo 142) continua assombrando a República, desde a infausta tentativa de golpe em 8 de janeiro. Ainda não houve uma limpeza na alta oficialidade pró-Bolsonaro. O que se liga à resiliência do bolsonarismo, mesmo depois de Bolsonaro ficar inelegível.

A Justiça fez alguns julgamentos e iniciou lentamente outros processos. Mas o STF não vai se somar ao povo brasileiro na luta pelas transformações almejadas, pois ele próprio compõe a centenária elite dominante, à qual está ligado por vários laços (como mostram algumas decisões de mérito contra os trabalhadores já sob o novo governo).

No Congresso, a maioria, incluindo parlamentares de partidos que tem ministérios, já derrotou iniciativas do Planalto – no marco do saneamento, no marco temporal, no humilhante desmando sobre a estrutura de ministérios – e prepara-se agora terminar a importante votação do “arcabouço fiscal”. Este “calabouço fiscal”, infelizmente foi apresentado por Haddad, sob pressão da Faria Lima que instrumentaliza a maioria reacionária do Congresso. É chocante ver o PT que votou contra a LRF de FHC e o Teto de gastos de Temer, assumir agora no governo Lula, a apresentação de um ajuste fiscal que limita e condiciona os gastos públicos para garantir o pagamento dívida interna. O que, em alguns meses, vai contraditar as demandas dos movimentos e sindicatos, necessários para sustentar o próprio governo frente à novas pressões do imperialismo e da elite.

Na verdade, ao fundo de todas essas questões aparece a contradição entre soberania popular que elegeu Lula, e as instituições deste Estado que, desde 1988, só fez crescerem as maiorias reacionárias nos parlamentos, ultimamente com o luxuoso auxílio das emendas parlamentares impositivas e do “orçamento secreto”. Tudo que é ruim pode piorar.

Com esse Congresso não dá!

Aí não tramitará, por exemplo, uma taxaço conveniente dos ricos, das heranças e dos lucros e dividendos!

Algum dia, mais cedo ou mais tarde, esta questão deverá ser enfrentada, abrindo o terreno para a refundação democrática das instituições da República

para que se realizem, sobre esta base, as reformas nacionais e sociais de fundo nunca feitas. Tarefas para uma Constituinte Soberana realizar.

Desde a vitória de Lula, para a qual todos engajaram nossas energias, o DAP tem buscado colocar o PT na ajuda à auto-organização na luta pelos anseios dos trabalhadores e do povo oprimido – negros, mulheres, jovens, LGBT e outros setores - inscritos na eleição para este terceiro mandato. A revogação das contrarreformas, como a da Previdência e Trabalhista, uma verdadeira política de reforma agrária, o fim do trabalho escravo, a retomada do caminho à soberania popular e nacional, com o fim da autonomia do Banco Central, a reestatização da Eletrobrás e a construção de um ensino público e de qualidade (com a revogação do Novo Ensino Médio), para ficar em alguns exemplos da demanda por direitos reprimida. Tudo que o “mercado” e os patrões não querem.

Toda essa complexa e difícil situação deve ser objeto de uma ampla discussão para ação no partido, não só no DN, nem só para as próximas e importantes eleições de 2024, para colocar o PT em movimento no rumo da auto-organização do povo e na defesa do governo Lula contra ataques e pela realização dos compromissos de campanha.

05 de julho de 2023, Comitê Nacional do DAP

CONTRIBUIÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA E DA MILITÂNCIA SOCIALISTA AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Mariana Janeiro e Joaquim Soriano

1. A tensão central que marca a conjuntura nestes seis meses de governo é o esforço em defender os compromissos de campanha e o programa eleito e as forças do “mercado” - notadamente do capital financeiro e dos rentistas - e a maioria neoliberal e ultraconservadora do congresso nacional.

2. Não vamos nos deter em avaliar o quanto “O Brasil Voltou”, pois, dentre outras, contamos com a apresentação que a companheira Miriam Belchior realizou no recente 26º Encontro do Foro de São Paulo. Disponível em: (https://docs.google.com/document/u/0/d/1RYRiHy6nwboLqd7wZgltcH_BjGbRWVf_mNEap132P8I/mobilebasic).

3. A eleição do presidente Lula trouxe um deslocamento significativo da capacidade de forças, mas ainda existem obstáculos para a realização de um programa de mudanças em benefício das maiorias. Portanto, o programa deve ser também uma via de mobilização. A unidade das forças de esquerda, democráticas e populares deve permanecer ativa para conquistar novas vitórias nas eleições municipais que se aproximam. É um erro considerar que a mudança possível já foi alcançada e começar a fazer concessões como método de governar.

4. A definição do TSE pela inelegibilidade de Bolsonaro é um marco democrático importante no sentido de minar a estrutura e legitimidade deste movimento de características fascistas e antidemocráticas. Essa luta deve continuar, combinando a responsabilização jurídica dos envolvidos nos crimes cometidos pelo bolsonarismo com a disputa das bases sociais desse movimento, principalmente entre os setores populares e as classes trabalhadoras.

5. Neste momento em que as lideranças da extrema-direita estão sendo julgadas, o seu braço fisiológico no congresso age com desenvoltura e impõe condições ao governo buscando torná-lo incapaz de realizar o programa eleito. A mobilização iniciada com o PPA é importante, mas deve culminar no lançamento do orçamento participativo nacional o mais breve possível, bem como a retomada da agenda da reforma política democrática pela esquerda. A governabilidade democrática é um desafio central a ser conquistado.

6. A avaliação positiva dos primeiros seis meses de governo do presidente Lula e o bom momento da economia não devem nos impedir de apontar as insuficiências e riscos inerentes da política econômica até aqui adotadas. Em especial, a chamada autonomia do Banco Central e a nova regra fiscal.

7. O Banco Central, sob direção de um bolsonarista neoliberal, apoiado na decisão antidemocrática de sua independência frente ao governo eleito, continua sendo o principal obstáculo à construção de uma dinâmica macroeconômica desenvolvimentista e distributivista. Cada vez mais isolado, mesmo entre os setores empresariais, é necessário intensificar a campanha pela remoção de Campos Neto e a pressão por uma nova política econômica, com imediata redução da taxa de juros e da Selic, bem como medidas de barateamento acelerado do crédito público e privado.

8. A agenda econômica do capital neoliberal se fará presente na disputa dos rumos do governo em todos os quadrantes da área pública e privada. Não à toa em menos de 100 dias de governo o capital pôs o Banco Central no centro do debate da política econômica com a manutenção da elevada taxa de juros. O tipo de discurso do Banco Central pela manutenção das altas taxas de juros nos dá a dimensão da dificuldade que será administrar as bombas de efeito retardado na economia que foram deixadas pelo governo Bolsonaro. A agenda dos juros altos não é a agenda do governo Lula, mas é a agenda de todos os grandes capitalistas do país, da mídia e do capital internacional que continua interessado naquilo que o Brasil tem - suas riquezas e estatais.

9. A habilidade do presidente Lula garantiu um fôlego de curto prazo na negociação da PEC da Transição aprovada ainda antes da posse. Por um momento de aparente tranquilidade, a PEC da Transição deu condição de, pelo menos, não bloquear o governo no primeiro semestre do seu primeiro ano de gestão. Mas, a PEC da transição é incapaz e insuficiente para dar sustentabilidade a um governo de transformação e reconstrução do Brasil.

10. A nova regra fiscal é demasiadamente rígida, podendo prejudicar a execução de programas de crescimento e desenvolvimento necessários para dar sustentabilidade ao crescimento econômico e garantir o emprego, tanto no médio quanto a longo prazo. Programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida necessitam de volumes de investimento bem superiores aos R\$ 75 bilhões colocados como piso (e, na prática, provavelmente também como teto) na nova regra fiscal. A necessidade de robusto investimento fiscal torna-se ainda mais sensível inclusive pela irresponsabilidade da política monetária conduzida pelo Banco Central e pelas amarras colocadas pelo neoliberalismo na ação dos bancos públicos, em especial no BNDES.

11. Da mesma forma, não podemos aceitar que a regra fiscal impeça que áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia tenham os recursos necessários. A hipótese de redução dos mínimos legais existentes para essas áreas não deve sequer ser considerada. O mesmo vale para os demais programas sociais, que devem ter os recursos necessários para garantir nosso programa de governo.

12. O teto de gastos que o neoliberalismo conseguiu impor ao país foi sistematicamente alterado e não cumprido, especialmente durante o governo Bolsonaro. Apesar disso, o mercado financeiro especulativo exige de nós, que nunca nos comprometemos com essas políticas austerecidas, que tenhamos rigidez, algo que não foi cobrado dos governos representantes do neoliberalismo.

13. Por isso a luta por uma estrutura fiscal condizente com o desenvolvimento do Brasil deve ser mantida pela esquerda mesmo depois da aprovação da nova regra fiscal. Quando houver conflito entre esta e o programa que elegeu o presidente Lula, devemos estar prontos para deixar intactos os compromissos programáticos com a população, fazendo as adequações legais pertinentes na regra fiscal.

14. O Brasil continua a passar por um contexto de emergência ecológica e sanitária, sendo a reconstrução e avanço das políticas para estas áreas prioritárias neste próximo período. A luta feminista e antirracista, deve deixar de ser pensada como agendas separadas e iluminar toda a dimensão do programa, trazendo para a defesa de políticas públicas e garantia de direitos todo o acúmulo e potencial de lutas dos movimentos feministas e antirracistas.

15. Desde a vitória eleitoral, temas relativos ao ambiente, emergência climática, defesa da Amazônia ocupam o interesse de cada vez maiores parcelas dos movimentos sociais em todo o mundo e da opinião pública. O papel do Brasil nesta área é crucial. Contrária a esta onda progressista encontra-se a maioria do congresso nacional, com suas pautas retrógadas que ameaçam o presente e o futuro dos povos: Marco Temporal, Grilagem de Terras, Agrotóxicos, Mineração sem controle. Urge ampliar a mobilização para barrar os retrocessos, considerando também que esta agenda é em disputa com as "corporações do capitalismo verde" que tentam centralizar as soluções à emergência climática e continuar lucrando e explorando os territórios. Haverá uma cúpula de chefes de estado dos oito países amazônicos nos dias 8 e 9 de agosto em Belém (PA), antecedida por um Fórum de Diálogos com Movimentos e Organizações da Sociedade Civil, momento importante para demonstrarmos ao mundo nossa disposição de luta em defesa da vida e do planeta.

16. Precisamos recuperar uma identidade própria, um sentido de futuro, que seja visível e compreendido pela sociedade brasileira. Ou seja, uma atualização programática, com propostas e bandeiras que visualizem alternativas ao quadro atual que vivemos, cinzento, confuso, opressor, tendendo à barbárie no Brasil e no

mundo. Unificar as Federações de esquerda ou uma Frente de Esquerda é o caminho para construir essa identidade.

Precisamos retomar o otimismo da virada do século no combate ao fórum dos ricos e poderosos de Davos, responsáveis por essas políticas econômicas de exploração, miséria e desigualdade social e reafirmar que “outro mundo é possível”.

Agora não como simples bandeira de propaganda, mas com um conjunto de políticas públicas que efetivamente mudem a vida das pessoas e favoreçam que elas possam ser também protagonistas dessa construção de novos horizontes que nos façam caminhar.

Para isso, a observação preliminar é de que a luta anti-capitalista não tem um modelo pronto e acabado para servir de guia. Aprender com os erros e os acertos, formular políticas públicas que sejam compreensíveis e tornem seus agentes protagonistas das mudanças e conquistas, é um bom método para avançar.

Nesse sentido, o PT e nossos aliados, da forma mais unificada possível, necessitam fortalecer um projeto de democracia participativa que seja um norte programático permanente e radicalmente distinto da mera representação burocrática dominante atual. A iniciativa do governo em relação ao Plano Plurianual é correta e necessária, mas precisa desdobrar nos orçamentos anuais e, principalmente, como fazê-los.

17. É necessário trazer para o centro da estratégia de atuação social e popular, a disputa política e ideológica. O PT tem que voltar a ser PT, tem que recuperar o seu ideário de esquerda, tem que recuperar uma ação coletiva, coordenada e orientada por um projeto de sociedade que unifica a si, e aos demais setores da sociedade.

É fato que as eleições de 2022 unificaram setores importantes da esquerda partidária e social para disputar as eleições presidenciais. Agora é preciso unir a esquerda num projeto de disputa política e ideológica do país, com organização de base em defesa da democracia.

18. Embora a correlação de forças hoje vigente no Congresso Nacional não permita agendar o tema da reforma política, é preciso ir construindo desde já a

legitimidade de sua mudança em um sentido democrático e republicano. O primeiro passo é exatamente o de retomar e atualizar as propostas históricas do PT, construindo através do diálogo um programa comum para as esquerdas brasileiras.

19. As eleições de 2024 apresentam-se como importante momento de consolidação de uma frente de esquerda que congrega as Federações de Esquerda (Brasil da Esperança e PSOL-REDE), o PSB, PDT e os movimentos sociais para disputarmos com um programa comum, obtendo vitórias importantes, derrotando a ultra direita e os neoliberais e ampliando a influência política das propostas progressistas e de esquerda na sociedade brasileira.

20. É inegável o retorno do Brasil como protagonista importante no cenário internacional, na luta pela PAZ e pela soberania dos povos. Especialmente na América Latina e Caribe pode desempenhar papel singular para a sonhada integração regional, dando passos concretos em diferentes ações de cooperação entre nossos países, criando uma dinâmica latino americana de lutas antineoliberais.

Democracia Socialista e Militancia Socialista

**GOVERNO LULA E PT COM O POVO DE VOLTA AO PODER.
UM BALANÇO DOS SEIS PRIMEIROS MESES DE GOVERNO E AS TAREFAS DO PARTIDO
NO PRÓXIMO PERÍODO.**

Em apenas seis meses de governo o Brasil voltou a respirar os ares da democracia. Por mais que o fascismo tenha saído da jaula, haja vista a tentativa de golpe de 8 de janeiro, a sociedade civil e as instituições reagiram de forma organizada e o lugar dos terroristas de direita, de seus financiadores e de seus chefes é e será a cadeia.

Em apenas seis meses de Governo, o Presidente Lula devolveu a autoestima ao povo brasileiro. Programas sociais e obras fundamentais voltaram a ser prioritárias. União e Reconstrução é o mote para a retomada de um país sem ódios e tendo o povo como protagonista.

Em apenas seis meses de governo o Partido dos Trabalhadores enfrenta mais um grande desafio em sua história repleta de lutas e de vitórias. Precisamos ser a sustentação, no parlamento e nas ruas, de um governo democrático e popular. E precisamos nos preparar para as eleições municípios de 2024.

Em um primeiro semestre repleto de desafios, simbolismos e vitórias o Governo Lula vem provando a sociedade o seu compromisso com o povo brasileiro e em especial aqueles mais necessitados, demonstrando a força do Partido dos Trabalhadores e sua gestão frente aos entraves e dificuldades causados pela dura queda de braço pelo poder com o centrão e direita no parlamento brasileiro.

É impossível não destacarmos a aprovação do arcabouço fiscal através da articulação dos ministros Alexandre Padilha e Fernando Haddad que atuaram como verdadeiros maestros do congresso nacional em uma pauta complexa e necessária que demonstra o comprometimento do Lula de governar para todos e todas brasileiros e brasileiras, abrindo caminho para uma retomada da economia

e investimentos no país com a segurança e estabilidade de uma nova regra mais adequada a nossa realidade nacional.

Importantes medidas transversais com impacto direto na retomada do crescimento têm sido tomadas desde o início do governo como: o **Novo Bolsa Família** com pagamento de R\$ 600,00(seiscentos reais) + um adicional de R\$ 150 será pago para cada criança com menos de 7 anos; **Recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** com investimento inicial de investir R\$ 500 milhões para comprar alimentos produzidos por agricultores familiares de todo o Brasil; **Reajustes do valor** repassado pelo governo federal a Estados e Municípios para pagamento da merenda escolar através do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**; **Relançamento do Mais Médicos** com previsão de contratar 15 mil médicos em 2023, fazendo o total de profissionais presentes em áreas remotas chegar ao recorde de 28 mil; **Relançamento do programa Minha Casa Minha Vida** com previsão de contratar 2 milhões de moradias até 2026; **Assinatura do decreto que regulamenta o financiamento cultural no país** que estabelece regras e procedimentos gerais para os mecanismos de fomento direto (Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Cultura Viva) e indireto (Lei Rouanet), além de outras políticas públicas para o setor; **O programa de incentivo a compra de veículos automotores** e vários outros

O Plano Safra, com volume de R\$ 364 bilhões em investimentos, supera em 27% o investimento do plano anterior, sinalizando ao setor do agronegócio não apenas compromisso do governo do ponto de vista econômico, mas também a necessária responsabilidade de Estado ao incentivar o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

As medidas adotadas na política de preservação do meio ambiente e no combate às mudanças climáticas pelo governo do presidente Lula, são ainda de extrema importância para o debate de uma economia limpa e sustentável. O

governo do PT sinaliza para o mundo seu compromisso com o planeta e sua subsistência, ao estimular investimentos em fontes de energia renováveis, e propondo políticas que incentivam a redução de emissões de gases, nosso governo demonstra seu compromisso com um futuro mais verde e saudável para todos. Com o presidente Lula, o Brasil está se destacando no papel de líder mundial na busca por soluções sustentáveis, apontando ao mundo que é possível conciliar desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente com iniciativas com potencial de geração de empregos e impulsionamento a preservação através da energia renovável e reciclagem, entre outros.

Como resultado de tanto trabalho o governo Lula registrou o maior aumento de PIB (Produto Interno Bruto) para os primeiros meses de um novo governo desde 1999, com o primeiro trimestre registrando um crescimento de 1,9% em relação ao trimestre anterior, além de em maio termos na balança comercial alcançado o maior superavit mensal registrado desde o início da série histórica acumulando US\$ 35,285 bilhões nos cinco primeiros meses de 2023 sendo ainda 39,1% superior ao dos mesmos meses do ano passado.

A desaceleração da inflação é sentida por todos e comemorada pelo povo que voltou a comprar carne e vai deixando no passado as cenas lamentáveis presenciadas no governo Bolsonaro de filas de pessoas desesperadas para comprar ossos nos açougues do país.

O fim da política de paridade de preços na Petrobras, trouxe justiça ao povo brasileiro e alívio em seus orçamentos com a redução do preço da gasolina e gás de cozinha e todos seus derivados, impactando no preço de toda uma cadeia produtiva mostrando a importância central de se ter empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento do país e seu povo.

Quanto a situação da Eletronorte é preciso denunciar o escândalo que foi feito em sua privatização onde o governo possui 43% das ações, mas apenas 8% dos votos,

com previsão para o caso de reestatização o governo dever desembolsar 3 (três) vezes o valor pago pelo setor privado na privatização.

Neste período Governo, sociedade e mercado em uma rara expectativa uníssona acreditavam que o Banco Central baixaria a taxa juros no país, sendo surpreendidos pelas duas últimas reuniões do Copom com a manutenção dos Juros brasileiros a escandalosos 13,75% ao ano.

A condução da presidência do Banco Central brasileiro pelo cidadão Roberto Campos Neto, vai de encontro com o objetivo do BC de “assegurar a estabilidade de preços, além de, acessoriamente, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e **fomentar o pleno emprego**”, tornando insustentável sua manutenção devido aos graves prejuízos que vem causando ao país, devendo ser questionada a suposta autonomia do Banco Central implementada pelo governo Temer.

Relação com congresso

O governo Lula e o PT voltaram ao poder encontrando no parlamento um perfil de deputados (as) e senadores (as) fortemente identificados com o conservadorismo, o negacionismo e o ultraliberalismo, herdeiros de uma agenda derrotada nas urnas, porém, fortalecida socialmente pelos governos Temer e Bolsonaro.

Foi no eleitorado que ganha até 2 salários mínimos que a vitória do presidente Lula se consagrou. Entre a população que ganha de 3 a 5 salários mínimos, o PT e Lula foram derrotados. Este dado se reflete diretamente na difícil correlação de forças articulada e representada nas casas legislativas, que tentam a todo o momento cooptar mais apoiadores através de Fake News e pirotecnismos, num esforço evidente em tumultuar e travar a pauta da política nacional.

Ao mesmo tempo, exige que o PT se debruce em reflexões do porquê parte expressiva da população que ganha entre 3 e 5 salários mínimos, representando, portanto, um setor social prejudicado e/ou excluído da agenda ultraliberal

aprofundada por Guedes e Bolsonaro, rejeitou Lula e o PT nas urnas e elegeu parte significativa deste Congresso tão distante dos compromissos defendidos pela frente democrática que garantiu a vitória ao presidente Lula.

A decisão pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro, votada pelo STF, traz um novo componente ao acirramento da oposição no Congresso. Muito embora represente uma derrota considerável ao campo da extrema direita, as consequências na correlação de forças no parlamento ainda são prematuras de se prever.

Neste cenário turbulento em que as pautas relevantes ao país são constantemente ofuscadas por fake News propagadas por parlamentares que buscam no click das redes sociais validação a suas posições preconceituosas, antinacionalistas e machistas, Lula demonstra que não perdeu o jeito para a articulação política, intervindo diretamente para aprovação da medida provisória 1.154/2023 que reestruturou os ministérios, retirando enfim as amarras da falta de estrutura que engessaram os vários ministérios recriados como Trabalho, Mulheres, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Povos Indígenas e outros.

O PPA Participativo lançado em abril pelo governo Lula tem se mostrado uma verdadeira extensão dos ministérios do governo que chegam a onde o cidadão está, chamando a povo a participar das tomadas de decisão do governo federal como um dos maiores instrumentos democráticos de participação popular, reforçando as instituições e a cidadania.

Internacional

O Brasil retoma seu lugar de direito na comunidade internacional com Lula discutindo paz e responsabilidades dos países ricos com os países em desenvolvimento enquanto no G7 a guerra foi a tônica do debate.

O presidente mostra ao mundo seu compromisso com o meio ambiente e angaria importantes investimentos na preservação de nosso ecossistema com anúncios de vários países de contribuições ao fundo Amazônia e com a escolha de Belém no

Pará para ser a sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) em 2025.

Ganha destaque ainda a condução de Lula a presidência do Mercosul e seu papel no fortalecimento do bloco e foco em concluir as negociações com a União Europeia que foram iniciadas em 1999, consolidando o Brasil no seu papel de líder da América Latina.

O Partido e Eleições 2024

Passadas a maioria das necessárias articulações de montagem de governo, no segundo semestre o Partido deve imprimir maior ritmo na concentração de suas forças na organização e fomento das eleições 2024.

Está programado para o próximo semestre o PEDEX que irá recompor as direções partidárias no país, sendo fundamental a ampliação do número de direções para conduzir e organizar a militância no próximo pleito.

Nos próximos meses o partido deve intensificar suas atividades internas e externas a fim de organizar, animar e movimentar nossas bases e militâncias para além de apoiar nossos governos, pressionar a sociedade por pautas progressistas e avanços sociais tão necessários ao país.

Devemos alinhar um calendário de lutas a coincidir com o timing e pautas estratégicas do governo Lula, objetivando a criação de sinergia social permanente nas discussões da pauta nacional para sairmos da posição reativa de defesa contra as fake News da direita, e adoção de uma posição propositiva de conduzir o debate no país.

A exemplo, podemos listar alguns debates que o governo já está fazendo como a privatização de Eletronorte e outros. É preciso combater discursos da direita que pregam o lucro de empresas públicas que só servem a acionistas em detrimento dos interesses estratégicos do país e do próprio povo.

O partido deve discutir urgentemente proposições de mudanças nas regras eleitorais, em especial quanto ao número de candidaturas que foi severamente reduzido nas últimas eleições privilegiando aqueles que já detêm mandatos em detrimento de novas lideranças e da tão defendida renovação.

A comunicação evidenciou-se como gigante desafio na última eleição e deve ser agravada nas disputas municipais. Priorizar estratégias que fortaleçam nossa capacidade e qualidade em comunicar com a sociedade é pauta estratégica para o PT aprofundar.

A executiva nacional do partido acertadamente tomou para si a responsabilidade de acompanhar as eleições nos 213 municípios com mais de 100 mil eleitores, defendemos que seja dada uma atenção especial também os 53 municípios com menos de 100 mil eleitores tem geradoras ou reprodutoras de TV pois são destes municípios que irradiaram a imagem e ideias do partido.

É preciso a criação de uma cartilha básica de comunicação e técnicas de oratória para auxiliar Diretórios, candidatos/as, lideranças e militantes a se comunicar melhor e regularmente desde já nas redes sociais e não só durante o período de eleições.

As eleições municipais têm o papel importante de aproximar o partido, nossas ideias e valores ainda mais do povo brasileiro, sendo fundamental a construção de uma estratégia para as eleições de 2026 que passe pelas campanhas eleitorais de 2024.

Brasil, 06 de julho de 2023.

Movimento PT e Tribo

AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

Conforme solicitado, segue abaixo nossa proposta de resolução sobre balanço e tarefas, para debate na reunião que o Diretório Nacional do PT fará no dia 8 de julho de 2023.

Aproveitamos para convidar o Diretório Nacional para a abertura do Oitavo Congresso Nacional da AE, que será no dia 28 de julho, a partir das 19h, no auditório da sede nacional do PT em Brasília.

Jandyra Uehara, Júlio Quadros, Natália Sena, Patrick Araújo e Valter Pomar, em nome da direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda

Balanço e tarefas

No dia 30 de junho de 2023, completaram-se seis meses do terceiro mandato de Lula na presidência da República do Brasil.

Nestes seis meses, o governo desenvolveu uma intensa atividade. Balanço oficial divulgado pelo próprio governo apresenta o seguinte resumo: "seis meses de união e reconstrução: é o Brasil no rumo certo", citando entre outras medidas "programas que fazem a diferença no combate às desigualdades e conciliam crescimento econômico com inclusão social: Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos, Brasil Sorridente e Farmácia Popular, entre tantos outros"; "mais renda, mais consumo e mais empregos, impulsionados pelo aumento real do salário mínimo, a redução dos preços de alimentos e combustíveis e o aumento da taxa de isenção do imposto de renda"; "o combate à fome voltou a ser uma política de Estado, com o aumento de repasses do Bolsa Família, o novo Programa de Aquisição de Alimentos, o Plano Safra Agricultura Familiar e o reajuste nos repasses da alimentação escolar para estados e municípios"; "foram criados os ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas e sancionada a lei da igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens, além do anúncio do pacote de igualdade racial e a volta da demarcação e homologação

de terras indígenas"; "o presidente Lula se reuniu com líderes de mais de 40 países e organizações internacionais e transnacionais dentro e fora do País". Acrescentamos, entre outras medidas: combate ao garimpo ilegal; recursos para ciência e tecnologia; investimento cultural via Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2; combate ao trabalho escravo; recomposição do orçamento das universidades federais; ações para deter o genocídio contra o povo Yanomami; a retomada de várias obras paradas; a interrupção de privatizações; a recomposição do salário do funcionalismo público; e a política externa do presidente Lula.

Como se pode constatar, o governo Lula está trabalhando para garantir e ampliar o bem estar-social, as liberdades democráticas e a soberania nacional, bem como para desenvolver o país, construir a integração regional e mudar o mundo.

Objetivos estes que ganharam um duplo reforço no início de julho de 2023, por um lado com a decisão judicial determinando a inelegibilidade de um grande criminoso e, por outro lado, com a realização - em Brasília - do XXVI Encontro do Foro de São Paulo.

Entretanto, embora haja muito que comemorar, é muito mais o que resta por fazer. Sabemos, também, que não basta administrar bem. Fizemos grandes realizações administrativas entre 2003 e 2016, mas isso não impediu o golpe, a vitória do cavernícola e quase sete anos de destruição. A luta política se decide na luta política.

Também por isto, o Diretório Nacional recomenda - ao conjunto da militância petista, a começar pelos dirigentes - combinar de maneira adequada a necessária propaganda positiva das nossas realizações, com a crítica e autocritica dos nossos erros, a análise detalhada dos grandes desafios que temos pela frente, um trabalho intenso de conscientização, a permanente organização e mobilização do povo, bem como a elaboração das táticas e da estratégica adequadas ao atual período histórico.

Êxitos, críticas e autocrítica

Lula tomou posse na Presidência da República do Brasil em 1 de janeiro de 2023. Esta vitória só foi possível porque as forças democráticas e populares resistiram e derrotaram os golpistas e os neofascistas, derrota consagrada no dia 30 de outubro de 2022, tendo sido decisivo o voto da classe trabalhadora com consciência de classe, das mulheres, das negras e negros, da juventude e dos eleitores de coração nordestino, moradores ou não daquela região do país.

A partir de então e mesmo antes de ser diplomado, Lula começou de imediato a tomar decisões e atitudes presidenciais. É o caso de sua participação na 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas e, também, da participação de Lula nas negociações junto ao Congresso Nacional, buscando alterar o orçamento 2023 de forma a incluir recursos para pagar a chamada Bolsa Família para milhões de famílias. O governo de extrema-direita não havia incluído tais recursos na previsão orçamentária e, caso a negociação não fosse feita, Lula iria iniciar seu governo administrando uma crise humanitária de proporções ainda mais graves.

Também no período de 31 de outubro a 1 de janeiro, Lula dedicou grande atenção à transição e ao balanço do governo derrotado. O resultado do balanço está consolidado num relatório que foi tornado público no dia 22 de dezembro de 2022 e cuja leitura é essencial para dar conta da herança maldita recebida pelo governo Lula, que dificulta imensamente nossa atuação.

No mesmo período, Lula se dedicou à composição de seu governo e à definição de suas relações com o judiciário e com o legislativo. Nos três casos, aplicou-se a chamada “política de frente ampla”, ou seja, a política de alianças entre o Partido dos Trabalhadores e um amplo leque de forças, incluindo aí outros partidos de esquerda, partidos de centro, partidos de centro-direita e partidos de direita, bem como setores de partidos.

Dada a correlação de forças, se decidiu fazer alianças, inclusive com forças de direita, que no passado recente chegaram a fazer parte da base de apoio do

governo anterior. Vale dizer que, embora haja, no interior do PT e da esquerda, diferentes opiniões acerca de qual deveria ser a amplitude da frente, bem como haja diferentes opiniões acerca de como devem ser as relações internas a esta frente, não houve no Partido questionamentos à necessidade do PT realizar alianças para disputar e vencer as eleições presidenciais de 2022. Mas vale lembrar que fazer política de alianças é totalmente diferente de capitular frente a inimigos. No que diz respeito ao judiciário, Lula e seu governo buscam adotar relações institucionais e respeitadas com a cúpula do poder judiciário brasileiro. Isso ocorre não obstante parte do judiciário, inclusive da suprema corte, ter dado respaldo à ilegal condenação, prisão e interdição eleitoral de Lula. Seguiremos combatendo os que buscam empoderar o judiciário com funções e atribuições que não são suas. Até porque, se hoje prevalece no Supremo uma postura contrária à extrema direita, há pouco tempo prevaleceu uma postura contrária à esquerda. O cumprimento da lei – como foi feito no caso que decidiu a inelegibilidade do genocida – não deve ser confundido com a partidarização da justiça, com a judicialização da política, com o protagonismo político das supremas cortes, por exemplo, sob a forma do lavajatismo e do lawfare. Em nenhum caso é aceitável – ao menos em uma democracia - dar a uma instituição não eleita poderes que são restritos à soberania popular e a quem for eleito por ela.

No caso da composição do ministério, Lula contemplou a ampla coligação que o elegeu, mas também contemplou outras forças, em nome de compor uma maioria congressional, sem que, entretanto, este objetivo tenha sido alcançado. As vitórias do governo no Congresso, pelo menos até o momento, se deram apenas quando contamos com o apoio dos setores neoliberais, que só apoiam aquilo com que têm acordo total ou parcial.

Dos 37 ministros, 17 são petistas ou simpatizantes do Partido; 3 são filiados ao PSB; 3 são filiados ao MDB; 3 são filiados ao PSD; 2 são filiados ao União Brasil (partido que, entretanto, não se considera parte da base do governo no Congresso Nacional); 2 são vinculados ao PDT (embora um destes dois seja na verdade vinculado ao União Brasil, que portanto ocupa de fato três cadeiras no ministério); 1 é integrante

do PCdoB, 1 da Rede e 1 do PSOL (embora não tenha se oposto a participação de uma filiada como ministra, o PSOL enquanto partido não se considera parte do governo).

Ademais da composição partidária estrito senso, é importante ressaltar que o ministério é composto por uma maioria de homens e brancos, realidade que precisa ser alterada. Assim como se faz necessário corrigir distorções regionais e contemplar adequadamente a diversidade partidária.

Tomados de conjunto, os seis primeiros meses do governo Lula devem ser comemorados, especialmente frente aos malfeitos de sete anos dos governos golpistas e de extrema-direita. Entretanto, sabemos que a avaliação política do governo não é um desdobramento automático de suas realizações administrativas; sabemos, também, que – como diz o próprio presidente Lula – precisamos exercer nossa capacidade de crítica e de autocrítica.

Devemos lembrar que o desempenho do governo Lula nesses primeiros meses teria sido melhor, se vários ministérios não tivessem sido saqueados, desmontados ou até mesmo extintos pelo governo cavernícola, o que agora exige uma engenharia administrativa, legal e orçamentária que torna muito difícil este início de governo. Além disso, o orçamento deixado pelo governo de extrema-direita foi absolutamente inferior ao necessário.

A ação de muitos ministérios precisa enfrentar o peso da herança maldita deixado pelo governo da extrema direita: desmonte e recursos à míngua, contrastando com a realidade, que exige grande e imediata intervenção.

Outro fator que dificulta a ação de vários ministérios é o fato das equipes demorarem demasiado para ser montadas, entre outros motivos porque o governo buscou calibrar as nomeações com a busca – até o momento infrutífera - de ter uma efetiva maioria no Congresso Nacional. Como resultado, há situações que na opinião do PT são inaceitáveis, como é o caso da presença de integrantes e

apoiadores do governo anterior em postos chave do atual governo. Detalhe: esta presença não mudou o comportamento efetivo destes setores no Congresso, que não obstante clamam por mais espaços no ministério, inclusive na Saúde. A esse respeito, na esteira das manifestações da 17ª Conferência Nacional de Saúde, o Diretório Nacional do PT reafirma: a saúde não é mercadoria e não será objeto de negociações.

As ações positivas do governo – especialmente quando postas em contraste com anos de gestão da extrema-direita – não podem nos levar a fechar os olhos para o fato de que, em algumas áreas e temas, até agora muito pouco ou quase nada mudou. E isto se deve, essencialmente, ao fato de que vários ministérios são encabeçados por titulares vinculados à direita, inclusive a setores que participaram do golpe, do lavajatismo, além de terem apoiado o governo derrotado.

Evidente que enquanto prosseguir esta situação, nesses ministérios – com destaque para os da Comunicação e da Defesa – não haverá avanços efetivos, no sentido do cumprimento do programa de reconstrução e transformação. Avanços que são urgentes: como tem dito e repetido o presidente Lula, temos pressa. Não apenas para superar os motivos que produzem sofrimento no povo, mas também porque a situação política nacional, continental e mundial é muito instável e não admite que se perca um segundo sequer.

Desafios estratégicos e históricos

A esse respeito, é preciso lembrar sempre que a situação mundial é de **crise sistêmica**. Esta crise possui múltiplas dimensões (militar, política, social, econômica, ambiental, cultural), tem duração indeterminada e seu desfecho dependerá de muitos conflitos que atualmente estão em curso.

No âmbito mundial, um dos principais conflitos envolve Estados Unidos e República Popular da China. Em nosso continente, o conflito fundamental se dá entre os que defendem a submissão ao imperialismo estadunidense e, de outro lado, nós que defendemos a integração regional latino-americana e caribenha. E, no âmbito

nacional, o conflito fundamental se dá entre opositores e defensores do modelo primário-exportador, sem cuja superação não haverá como garantir desenvolvimento, bem-estar social, liberdades democráticas e soberania nacional.

Os grandes conflitos que caracterizam o atual período histórico ganharam maior dimensão, profundidade e velocidade nos últimos anos, a partir da crise de 2008. Em seguida vieram: a onda de golpes na América Latina e a posterior reviravolta ocorrida em diversos países, com governos direitistas sendo substituídos por governos progressistas e de esquerda; a pandemia e todos os seus impactos; o crescimento mundial da extrema-direita; a guerra entre Rússia e Ucrânia/Otan. Para onde quer que se olhe, o mundo está atravessado por conflitos, lutas e mobilizações de todo tipo, como demonstra a onda de protestos na França.

Momentos de crise profunda – como a que vivemos atualmente – são terríveis e perigosos, mas também são os momentos mais propícios para darmos passos decisivos para a construção de um novo mundo, um mundo com bem-estar e liberdades, com soberania e integração, um mundo desenvolvido e que preserve o meio ambiente, um mundo socialista.

Este é um dos motivos, aliás, que explica a calorosa recepção dada a Lula nos quatro cantos do mundo: a humanidade quer um futuro diferente do passado, um futuro que tem na palavra igualdade uma de suas mais poderosas sínteses.

É desta perspectiva que abordamos a atual conjuntura brasileira. Nosso governo está chamado a contribuir para uma missão histórica, que inclusive transcende as fronteiras do Brasil. Mas só teremos êxito se ampliarmos nosso apoio junto a classe trabalhado, se dermos um salto de qualidade na atuação de nosso Partido e se impusermos derrotas tanto à extrema-direita neofacista quanto aos neoliberais.

Neste sentido, mais do que comemorar os êxitos parciais obtidos até agora, o esforço principal do Diretório Nacional do PT é apontar como vencer as batalhas presentes e futuras, entre as quais a mudança da política do Banco Central; forças

armadas comprometidas com a defesa da soberania nacional; o respeito do Congresso às prerrogativas constitucionais do executivo; o início de um novo ciclo de desenvolvimento do Brasil. Tudo isto combinado e à serviço de melhorar rápida e profundamente a qualidade de vida da maioria do povo brasileiro.

Exonerar o presidente do Banco Central

Legislação aprovada durante o governo golpista concedeu uma suposta “independência” ao Banco Central, suposta porque na prática o tornou ainda mais dependente e extensão dos interesses da especulação financeira.

Nomeado pelo derrotado, o atual presidente do Banco Central mantém uma política de juros absolutamente alucinada, cujo único propósito é transferir recursos para o setor financeiro.

É preciso tomar todas as medidas legais e institucionais para, no mais rápido prazo possível, alterar a diretoria do Banco Central, a começar pela sua presidência, sob pena de não conseguirmos adotar uma política de desenvolvimento com ampliação do bem-estar social.

Apoiamos as críticas feitas pelo presidente Lula contra a política de juros. E propomos, ao governo, que oriente seus representantes no Conselho Monetário Nacional a atuar conforme prevê o artigo 5º da lei complementar número 179, de 24 de fevereiro de 2021, que no seu artigo 5º diz o seguinte: “O Presidente e os Diretores do Banco Central do Brasil serão exonerados pelo Presidente da República (...) IV - quando apresentarem comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos do Banco Central do Brasil. § 1º Na hipótese de que trata o inciso IV do caput deste artigo, compete ao Conselho Monetário Nacional submeter ao Presidente da República a proposta de exoneração, cujo aperfeiçoamento ficará condicionado à prévia aprovação, por maioria absoluta, do Senado Federal. § 2º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Diretor do Banco Central do Brasil, um substituto será indicado e nomeado para completar o mandato, observados os procedimentos

estabelecidos no art. 3º e no caput do art. 4º desta Lei Complementar, devendo a posse ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da aprovação do nome pelo Senado Federal. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil será exercido interinamente pelo Diretor com mais tempo no exercício do cargo e, dentre os Diretores com o mesmo tempo de exercício, pelo mais idoso, até a nomeação de novo Presidente”.

A demissão do presidente do Banco Central é importante, mas não é suficiente. É preciso mudar a política de juros altos e passar a ter a geração de empregos como o objetivo central da política de juros.

Na mesma perspectiva, reafirmamos a necessidade de revogar as contra reformas trabalhista e da previdência, bem como destacamos que o correto teria sido aumentar o salário mínimo - como defendeu a CUT - para no mínimo R\$ 1.382,71 e já a partir do início do ano, como forma de compensar o confisco salarial resultante da inflação. Reafirmamos, também, que é preciso achar maneiras de recuperar o que foi confiscado desde o golpe.

Julgar, condenar e prender os criminosos de 8 de janeiro

No dia 8 de janeiro, milhares de criminosos atacaram os prédios do governo federal, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

O ataque da extrema-direita não foi um ato espontâneo, nem totalmente inesperado. Já no dia 12 de dezembro de 2022, após a diplomação de Lula, a extrema-direita havia promovido um quebra-quebra na cidade de Brasília, contando com a cumplicidade do ainda presidente da República, do governo do Distrito Federal, de setores das Forças Armadas e das polícias. E no final de dezembro de 2022 e início de janeiro de 2023, as redes (anti)sociais da extrema-direita foram tomadas por mensagens arregimentando pessoas para vir a Brasília.

Tratou-se, portanto, de uma operação de guerra, financiada por empresários, coordenada por uma aliança cívico-militar e perpetrada por alguns milhares de

neofascistas, que usaram o acampamento defronte ao Quartel General do Exército como base de operações. Apesar disso, o então e ainda ministro da Defesa disse que nos acampamentos havia democratas, inclusive amigos e familiares seus, prevendo que eles se desmobilizariam aos poucos e pacificamente. Aliás, até hoje o atual ministro da Defesa segue – contra todas as evidências – tentando encobrir a participação criminosa de altos mandos nos atos de 8 de janeiro.

Resta evidente a necessidade de processar, julgar e punir quem financiou as caravanas e os acampamentos da extrema-direita; quem, por ação ou omissão, facilitou o acesso da extrema-direita à Esplanada dos Ministérios, onde ficam os três prédios atacados; assim como processar, julgar e punir quem invadiu e depredou os três palácios. Ficou patente, também, a necessidade de uma revisão completa dos protocolos de segurança e inteligência do governo federal. Parte disto vem sendo feito. Mas muito resta por ser feito, como ficou fartamente demonstrado pelos fatos que levaram à demissão do General encarregado do chamado GSI; e, mais recentemente, pela descoberta de diálogos mantidos pelo então ajudante de ordem do cavernícola.

Até agora, oficiais-generais e outros militares de alta patente envolvidos com o golpe não foram punidos, nem mesmo administrativamente. O ex-comandante do Exército, por exemplo, general Júlio César Arruda, precisa ser compulsoriamente reformado, uma vez que resistiu às ordens para desalojar o acampamento bolsonarista montado diante do Quartel General do Exército em Brasília, desacatou ministros e o interventor federal no Distrito Federal (DF) e chegou a ameaçar um coronel da Polícia Militar que tentava remover os acampados.

Outro general de quatro estrelas, Gustavo Dutra de Menezes, foi responsável por impedir ações contra os bolsonaristas acampados no QG. Portanto, é outro caso de militar da mais alta patente que não pode permanecer na ativa, independentemente das ações que vierem a ser ajuizadas contra ele por participação nos eventos golpistas.

Caso os generais Arruda e Dutra não sejam objeto de reforma, passando à reserva, eles continuarão participando do Alto Comando do Exército, o que é uma situação inaceitável, tais as evidências de seu envolvimento com os golpistas.

Reformá-los imediatamente é uma prerrogativa do governo federal e deve ser levada a cabo, sob pena de premiar quem conspirou contra a vontade popular. Dutra, por exemplo, vem até o momento exercendo uma subchefia do Estado-Maior do Exército.

Destaque-se como ação extremamente positiva a transferência da Agência Brasileira de Informações (ABIN) para a Casa Civil, deixando assim de fazer parte do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Mas o próprio GSI deve ser extinto e o controle da Inteligência deve ficar sob controle de órgãos civis e não do Exército. Ademais, precisamos ter um Ministério da Defesa que seja legítimo representante do poder civil. Além de seguir pendente a necessidade de criar um Ministério da Segurança Pública.

Segue necessária, também, uma reforma das Forças Armadas e das PMs, que seja capaz de democratizar tanto os processos de recrutamento e de formação de oficiais como suas estruturas internas (organização, regulamentos, hierarquia). Os currículos atuais das escolas militares são fortemente enviesados pelo conservadorismo mais reacionário, calcado nas antigas doutrinas de “Segurança Nacional” e nas agendas expansionistas dos EUA, a ponto de as Forças Armadas considerarem seriamente a possibilidade de uma invasão da Amazônia pela França e de colocarem um oficial-general a serviço da 5ª Frota estadunidense.

As escolas militares não podem se furtar às orientações do Ministério da Educação, nem escamotear uma vasta bibliografia de autores e escolas de pensamento que os generais ainda hoje enxergam como “subversivos”. A resistência dos militares a qualquer alteração no seu sistema escolar indica precisamente quão crucial é esse sistema na reprodução da ideologia profundamente antidemocrática, visceralmente oligárquica, que historicamente vem enquadrando a visão de

mundo de gerações e gerações de oficiais. Lembrando que esta visão de mundo inclui a subordinação das forças armadas brasileiras a uma potência estrangeira: os Estados Unidos.

A gestão das escolas militares é profundamente autoritária, desrespeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Constituição Federal, que preveem a gestão democrática do ensino, com a participação de professores, funcionários e estudantes nos colegiados e nas decisões das instituições escolares. No ensino superior, um exemplo é o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), cujo reitor é escolhido em processo de seleção decidido exclusivamente pelo Alto Comando da Aeronáutica, sem consulta à comunidade.

A extinção da diretoria responsável pelas escolas cívico-militares, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do MEC, foi um passo importante para sepultar a política do governo anterior. Contudo, não é suficiente para avançarmos na desmilitarização da gestão educacional e escolar das redes públicas. É preciso induzir a descontinuidade e a reversão do processo de militarização de escolas em estados e municípios, para que as estruturas civis responsáveis por essas unidades escolares reassumam plenamente sua gestão, em todos os aspectos, livrando-as da interferência de militares e de suas respectivas corporações.

Outra alteração que devemos priorizar, não apesar mas exatamente por causa das pesadas adversidades conjunturais, é a desmilitarização das PMs e sua desvinculação do Exército. É preciso pôr fim à falida “guerra às drogas”. As PMs seguem comportando-se como “tropa de ocupação” nas periferias e comunidades faveladas dos grandes centros urbanos. São as forças policiais que mais matam no mundo inteiro! O texto atual da Constituição Federal as define como “forças auxiliares do Exército”, o que dificulta aos governadores e governadoras exercer comando sobre elas.

Vale lembrar, também, da necessidade de alterar o artigo 142 da Constituição Federal, que prevê, atualmente, a figura da “garantia da lei e da ordem” (GLO). É

preciso acabar com as chamadas operações de GLO e transferir automaticamente para a reserva o militar que assumir cargo público, encerrando as especulações sobre o suposto “poder moderador” das Forças Armadas, pondo fim a um certo discurso praticado por setores neofascistas com a finalidade de justificar a tutela militar sobre a sociedade civil.

É central a reformulação do artigo 1º da Lei da Anistia (lei 6.683/1979) e do seu parágrafo 1º, que preveem anistia para os autores de “crimes conexos”, uma espécie de código para anistiar agentes militares e civis que praticaram torturas, assassinatos e toda sorte de atrocidades contra aqueles e aquelas que se opuseram à Ditadura Militar, bem como contra diferentes grupos populacionais, inclusive camponeses e povos indígenas.

Ao “interpretar” essa lei, em 2010, o Supremo Tribunal Federal considerou válidos os dispositivos de “crimes conexos”, legitimou a anistia que os militares se autoconcederam (e a seus cúmplices civis), e interditou todo e qualquer processo criminal contra torturadores e assassinos a serviço do regime ditatorial e de seu terrorismo de Estado: centros de tortura, execuções sumárias, “casas da morte”, desaparecimento forçado de corpos, falsificação de laudos etc.

Não haverá sequer liberdades democráticas no Brasil, muito menos uma “democracia”, enquanto persistir a tutela militar sobre a sociedade civil, enquanto a tortura não for definitivamente banida, enquanto as Polícias Militares tiverem licença para matar. Razão pela qual enfrentar a questão militar deve ser um dos pontos prioritários do governo do companheiro Lula.

Vale dizer que perdemos a oportunidade de fazer isso no debate sobre o programa de reconstrução e transformação; no debate sobre o programa da federação; e no debate sobre o programa da coligação. O mesmo ocorreu no governo de transição. Esta atitude contribuiu para sermos surpreendidos pelo 8 de janeiro.

O Diretório Nacional do PT decide convocar uma conferência nacional para debater Defesa Nacional e o papel das forças armadas. Precisamos de forças armadas fortes, capacidades tecnologicamente, subordinadas ao governo eleito pelo povo e comprometidas com a defesa da soberania nacional.

Contra as emendas secretas, orçamento participativo e reforma política

A bancada do PT no Congresso Nacional votou a favor da reeleição do presidente da Câmara dos Deputados e do presidente do Senado federal. Isto apesar de ambos terem contribuído para dar sustentação legislativa à administração da extrema-direita, além de terem introduzido métodos duramente criticados pelo PT, como o popularmente designado “orçamento secreto”.

Apesar da disposição pacífica do PT, prevaleceu desde então – no caso da presidência da Câmara dos Deputados – a tentativa de impor uma espécie de semiparlamentarismo (ou, o que é equivalente, um semi-presidencialismo). Combatemos e seguiremos combatendo esta tentativa, sem respaldo constitucional e sem respaldo popular.

O Diretório Nacional do PT reafirma que um de seus objetivos é derrotar a hegemonia da direita e da extrema-direita no Congresso Nacional. Isto exigirá ampliar nossa votação nas eleições proporcionais, mas também exigirá mudanças legislativas, sendo este um dos motivos pelos quais reafirmamos a necessidade de fazer uma Assembleia Nacional Constituinte que promova uma reforma política.

No curto prazo, entretanto, impõe-se ampliar a denúncia contra as manobras do atual presidente da Câmara, apoiar as investigações em curso contra os malfeitos de que ele é acusado e, principalmente, criar um verdadeiro mecanismo de participação popular na definição do orçamento, que resgate os aspectos positivos do Orçamento Participativo, como contraponto ao fisiologismo institucionalizado das emendas secretas.

Neste sentido, o Diretório considera necessário fazer um balanço do PPA participativo, na perspectiva de construir um Orçamento Participativo.

Iniciar um novo ciclo de desenvolvimento

O Diretório Nacional do PT comemora o fato de 88% das negociações da data base de maio (setor privado) tenham obtido vitórias acima da inflação. Mas para mudar os rumos do Brasil, não basta aumentar os salários e ampliar as políticas sociais.

A nossa vitória contra a extrema direita e contra o neoliberalismo dependem não apenas de melhorar conjunturalmente a vida do povo, mas também de mudanças estruturais, o que exige construirmos uma nova perspectiva de futuro para o Brasil.

Neste sentido, é fundamental que o anúncio do Novo PAC mude o rumo do debate acerca da política econômica. O problema central do Brasil não é “controlar gastos”, mas sim ampliar os investimentos, especialmente os investimentos do Estado, no sentido de combater a desigualdade e induzir o desenvolvimento.

As políticas dos governos golpistas e de extrema-direita foram no sentido oposto. Um dos instrumentos disto foi o chamado “teto de gastos”, aprovado em 2017, que buscava limitar por 20 anos a expansão do gasto público à variação inflacionária, excetuando os gastos financeiros, cuja evolução seguiu descontrolada. O resultado foi a evolução descontrolada da dívida pública, a desestruturação das políticas públicas e a estagnação da economia nacional. O preço quem pagou foi a maioria do povo, assim como foi o povo que pagou os custos da mal denominada “lei de responsabilidade fiscal”, que nunca impediu o crescimento da dívida pública que beneficiava o setor financeiro.

O PT sempre se opôs ao “teto de gastos” e congêneres. O presidente Lula, na campanha de 2022, informou que iria trabalhar por sua revogação. Enquanto o teto de gastos impedia a expansão real do gasto público, o chamado Novo

Arcabouço Fiscal (ainda em debate no Congresso nacional) permite que isso ocorra. Mas o NAF permite a expansão do gasto público apenas sob determinadas condições. Em um cenário em que não se conseguir aumentar os impostos, em que não se conseguir avanços significativos no combate às desonerações e à sonegação, o crescimento dependerá fundamentalmente do investimento privado. Mais do que isso: ao estabelecer um crescimento das “despesas” sempre menor do que as receitas, o NAF abre a possibilidade de um futuro em que o Estado será mais mínimo do que é hoje.

Submetido ao debate na Câmara dos Deputados, o NAF original foi alterado para pior, com a introdução de contingenciamento obrigatório, criminalização, eliminação de exceções, proibição de concursos e reajustes etc. No Senado, a proposta aprovada pela Câmara sofreu duas alterações importantes, no sentido de preservar o Fundeb e os investimentos em ciência e tecnologia. Agora o tema está novamente em debate na Câmara. Se for mantida a proposta do relator Cajado (PP Bahia), passaremos a ter dois problemas: uma política monetária contrária ao crescimento e uma política fiscal que não contribui para o desenvolvimento. Neste sentido, o Diretório Nacional orienta a bancada a, pelo menos, reduzir danos.

Qualquer que seja o formato final do NAF, seguiremos necessitando de medidas extraordinárias que nos permitam sair das atuais condições de desigualdade social e primário-exportação. Precisamos de muitos investimentos, investimentos principalmente estatais, e feitos com velocidade, durante várias décadas. Sem isso, nosso país não escapará da atual situação, de subpotência primário exportadora.

Para financiar nossa política de desenvolvimento, é preciso – entre outras medidas – realizar uma reforma tributária progressiva, de grande impacto. Esta batalha deve ser articulada com o Novo PAC: os ricos devem pagar a conta, para o Brasil se desenvolver combatendo a desigualdade.

Nessa perspectiva, de politizar o debate sobre o desenvolvimento, defendemos a convocatória imediata de uma Conferência nacional pelo desenvolvimento. Sem isso, a neoindustrialização será apenas um slogan, ou se reduzirá a nichos, sem gerar efeitos sistêmicos sobre o conjunto da sociedade.

Nesta mesma perspectiva, destacamos a necessidade de a Petrobrás adotar medidas que rompam totalmente com a política adotada no governo anterior e a façam adotar papel central (junto com a Eletrobrás) no processo de retomada do crescimento, do desenvolvimento e da chamada neoindustrialização. A mudança da política de preços é um importante passo neste sentido, mas muito mais precisa ser feito.

Destacamos, por fim, que não haverá neoindustrialização, nem tampouco política ambiental com transição ecológica, se não houver mudanças radicais no agronegócio e na mineração. Estes dois setores não tem conflitos ideológicos com o PT, nem com o governo Lula; tem conflitos com o futuro do Brasil. No futuro que eles defendem, não haverá mudança no lugar do Brasil no mundo, nem tampouco na desigualdade social existente em nosso país.

Transformar a qualidade de vida do povo

A luta contra o neofascismo é inseparável da luta contra o neoliberalismo. As políticas neoliberais submetem o povo a um massacre cotidiano e contribuem para que parcelas da nossa população sejam capturadas pela extrema direita e pelo individualismo extremo. Por isso, tampouco basta ampliar os empregos e os salários. É preciso mudar as condições de vida como um todo, o que exige fortes políticas públicas de cultura, comunicação, saúde e educação, entre outras.

Saúde e educação são, ademais, peças fundamentais em nossa política de desenvolvimento. É necessário retomar a pauta do financiamento, que de acordo com a Meta 20 do Plano Nacional de Educação deveria chegar até 10% do PIB, objetivo que sofreu um profundo retrocesso com a Emenda Constitucional que instituiu o chamado “teto dos gastos”. É preciso enfrentar, também, os retrocessos

ocorridos, desde 2016, na Educação Básica e no Ensino Médio. Nos somamos a luta dos trabalhadores da educação e dos estudantes que pedem a revogação da chamada reforma do ensino médio e combatem as concepções privatistas na área da educação, inclusive as que se manifestaram na transição e no ministério da Educação.

Apoiamos as resoluções aprovadas pela 17ª Conferência Nacional de Saúde e um SUS 100% público, integral, equânime e democrático. Apoiamos, também, a luta para recuperar o orçamento do SUS, a defesa do piso da enfermagem, a luta contra a avassaladora privatização da gestão dos serviços e das ações assistenciais, o enfrentamento à desregulamentação dos planos e seguros privados, as ameaças ao cuidado em liberdade e antimanicomial.

Em janeiro de 2023 foi anunciado a criação de um departamento no Ministério do Desenvolvimento Social, com a seguinte nomenclatura: "departamento de entidades de apoio e acolhimento atuantes em álcool e outras drogas". Essa ação favorece o setor privatista da saúde, a ala conservadora das igrejas e seus partidos, o tratamento para usuários em abuso/dependência em substâncias psicoativas fora dos preceitos de direitos humanos. As chamadas comunidades terapêuticas não se enquadram na Resolução de Tipificação dos Serviços Socioassistenciais aprovadas no Conselho Nacional de Assistência Social (n. 13/2014) e há contra as Comunidades Terapêuticas diversas denúncias de irregularidades em todo o Brasil, apontadas no Relatório da inspeção nacional em CTs, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e pelo Ministério Público Federal (2018).

Nesse sentido, defendemos que o governo Lula revogue o decreto federal que cria tal departamento, como recomendou o Conselho Nacional de Saúde, e simultaneamente desenvolva ações, sob a coordenação do Ministério da Saúde, voltadas ao controle e vigilância de modo a gradativamente extinguir tais instituições, suspendendo a transferência de verbas públicas e definindo-as como

asilos religiosos ou assemelhados, agenciando seu fechamento com a retomada e fortalecimento dos serviços substitutivos na RAPS.

A política no comando

O PT foi fundado em 1980. Temos 43 anos. Em 1980 o povo brasileiro não elegia pelo voto direto seu presidente da República. Este direito básico só foi conquistado em 1989. Outra conquista em 1989 foi a ampliação do número de pessoas habilitadas a votar. Desde 1989, a maior parte do povo brasileiro tem direito a votar nas eleições. Não era assim antes. Pois bem: desde 1989 até hoje aconteceram 9 eleições presidenciais. O PT venceu cinco e ficou em segundo lugar nas outras quatro eleições presidenciais.

Isso dá uma ideia da importância do PT na política brasileira e do apoio eleitoral que temos no povo.

Entretanto, toda essa nossa força eleitoral não foi capaz de impedir o golpe de 2016. E em 2022, nós ganhamos a eleição presidencial, com 60 milhões de votos, mas nosso inimigo teve 58 milhões de voto. Além disso, as forças de direita ganharam grande número de eleições estaduais e são majoritárias no Congresso nacional.

Portanto, temos pela frente imensos desafios, se quisermos atingir nossos grandes objetivos: ampliar o bem-estar social do povo, ampliar as liberdades democráticas, impulsionar o desenvolvimento de novo tipo, garantir a soberania nacional, participar da integração regional, contribuir para a construção de uma nova ordem mundial, tudo isto tendo como nosso objetivo histórico e estratégico o socialismo.

Para dar conta desses objetivos de médio e longo prazo, precisamos neste momento concentrar nossas energias em: 1/derrotar a extrema-direita; 2/superar a influência do neoliberalismo; 3/disseminar, no povo brasileiro, uma cultura democrática e popular; 4/ampliar a força das esquerdas nas instituições de Estado,

a começar pelas prefeituras que estaremos disputando em 2024 e pela reeleição de nosso projeto em 2026; 5/estimular a auto-organização da classe trabalhadora, em seus movimentos, sindicatos e partidos, a começar pelo próprio PT.

Estas cinco tarefas imediatas estão intimamente ligadas ao sucesso do governo Lula, sucesso que não se limita a “união e reconstrução”, mas se amplia no sentido da **reconstrução e transformação**. Se o governo Lula tiver sucesso neste trabalho de reconstrução e transformação, teremos sucesso naqueles cinco objetivos. E para o governo Lula ter sucesso no trabalho de reconstrução e transformação, precisamos que o Partido e a esquerda partidária e social tenham êxito naqueles cinco objetivos.

Por isso, se faz necessário dar um salto de qualidade no funcionamento do nosso Partido, bem como do conjunto do campo democrático e popular. O que inclui, no curto prazo, um enfrentamento coletivo da CPI do MST, a preparação adequada das eleições 2024, maior sincronia entre ação do governo, dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais.

Lula é hoje chefe de Estado, chefe de governo, líder da ala esquerda do governo e nosso principal comunicador social. É uma sobrecarga brutal sobre os ombros de uma única pessoa. Cabe ao Partido, como instituição coletiva, assumir mais tarefas na defesa e na disputa de rumos do governo, na luta contra a direita neoliberal e neofascista. E cabe tanto à esquerda partidária quanto à esquerda social - lideradas pelo PT - não apenas vencer nas urnas em 2024 e 2026, mas também ocupar de maneira permanente as redes e as ruas. Só a ampliação da luta social garantirá a reconstrução e a transformação do Brasil.

Articulação de Esquerda

O Brasil vive um dos momentos mais importantes da sua história moderna. Com a eleição do presidente Lula, o país retomou a democracia e a normalidade institucional. Em seis meses, o governo resgatou o diálogo com todos os setores da sociedade, em bases democráticas, plurais e inclusivas. A economia apresenta substanciais melhorias, com redução da inflação e do desemprego, confirmadas por indicadores e pesquisas de opinião. A liderança do presidente Lula reposicionou o Brasil com soberania e protagonismo no cenário mundial. O Brasil voltou e completa o primeiro semestre mostrando estar no rumo certo.

O Partido dos Trabalhadores cumpre um papel histórico no processo de união e reconstrução nacional e no enfrentamento ao fascismo. Principal partido do país, promoveu a resistência ao golpe de 2016 e suas nefastas consequências. Foi firme e combativo contra a perseguição ao presidente Lula e na conquista de sua liberdade. Nas ruas e nas urnas, mostrou competência, capacidade de organização e compromisso com o povo. E se mantém o esteio da rearticulação do Estado, da retomada do desenvolvimento e do enfrentamento à desigualdade. Em fevereiro deste ano, o PT comemorou 43 anos de lutas e conquistas.

Antes mesmo de assumir, **sob articulação do novo governo, o Congresso Nacional** aprovou a PEC da Transição, assegurando R\$ 145 bilhões para garantir as condições necessárias às ações nesses primeiros meses. Nos 100 primeiros dias, foi retomada a tríade de combate à fome, com os programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Valorização do Salário Mínimo, **além da valorização da vida com o Mais Médicos e outros programas na área da saúde**. Os preços dos alimentos e dos combustíveis baixaram, em especial a gasolina e o gás de cozinha. A qualidade de vida do povo melhorou e a economia voltou a crescer, com sinalização de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para além das expectativas do mercado.

As evidências de que o Brasil está no rumo certo são concretas e impactam a vida do povo. A valorização e o aumento real elevaram o valor do salário mínimo para R\$ 1.320,00. Por iniciativa do governo Lula, a obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula. A revisão da tabela do IR beneficiou 13 milhões de brasileiros, injetando R\$ 6,7 bi na economia. O novo Bolsa Família incluiu 21 milhões de famílias, com R\$ 672 de benefício médio por família, mais R\$ 150 para os 9 milhões de crianças até 6 anos. O piso dos profissionais da enfermagem fez justiça com a categoria. E o governo também busca formas de proteção aos trabalhadores em aplicativos.

No mesmo sentido, foram ampliadas as faixas de renda e criadas melhores condições do programa Minha Casa Minha Vida para liberar 82.720 moradias paralisadas. Além disso, o governo estabeleceu a meta de contratação de 2 milhões de novas moradias até o final de 2026. Um pacto com Estados e Municípios iniciou a conclusão de mais de 3.500 obras de infraestrutura escolar paralisadas ou inacabadas em todo o país. A ação permite criar cerca de 450 mil vagas nas redes públicas de ensino no Brasil. As Universidades, por sua vez, tiveram seus orçamentos recompostos e as bolsas de estudo reajustadas. A Cultura passou a contar com recursos para resgatar e produzir a arte nacional.

Ainda, combinando o fortalecimento das exportações e o combate à fome no país, o presidente Lula anunciou o maior Plano Safra da história, no montante de R\$ 364,22 bilhões. Os recursos para apoio à produção agropecuária nacional representam um aumento de 27% na comparação com o que foi destinado no ano passado. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024, por sua vez, destinou R\$ 75 bilhões a um juro menor que 10% para assegurar a produção de alimentos no país. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi recriado e a Conab fortalecida para garantir estoques reguladores.

A "sorte" do país ter um presidente que sabe governar, e um povo resiliente que se reinventa, faz do Brasil atual um potencial exemplo para o mundo. Enquanto

grandes economias sofrem com recessão, o país enfrenta a crise mundial em melhores condições, com inflação em queda, sem dívida externa e com um grande volume de reservas cambiais, acumuladas nos governos do PT. O novo regime fiscal sustentável contribui para estabilizar e dar transparência para as relações econômicas. Um novo programa de investimentos sustentáveis abre o caminho para atração de investimentos. **A afirmação de políticas ambientais, com a realização da COP 26, em Belém, abre novas frentes de atuação e captação de recursos.**

Avançar nesse cenário de positivas possibilidades e expectativas, no entanto, exige o enfrentamento e a superação de entraves, conjunturais e estruturais. O primeiro deles é a taxa de juros praticada por um Banco Central herdado do bolsonarismo que insiste em inviabilizar a retomada da economia. **Isolado pelo firme e constante enfrentamento do PT e do próprio presidente Lula, o atual presidente do BC acumula a contrariedade de praticamente todos os setores econômicos produtivos, além do povo espoliado pelos juros do cartão de crédito, inclusive para comer, ao financiamento de qualquer bem.** As condições básicas para o crescimento da economia estão dadas, mas impõem um esforço final e definitivo, nas ruas e no parlamento, para derrotar a resistência do capital financeiro.

Ao mesmo tempo, para avançar é preciso implementar o programa "Desenrola" para que cerca de 70 milhões de brasileiros se livrem de suas dívidas, recuperem o crédito e condições de consumo. Também é tarefa urgente aprovar a Reforma Tributária e a tributação da renda e do patrimônio - incluindo a tributação de jogos, mineração e importação. A correção das injustiças tributárias no país é uma condição básica para avançar na promoção da igualdade, fazendo com que quem ganha menos, pague menos impostos. Em particular, o imposto cobrado sobre o consumo não pode igualar os dois extremos da pirâmide da renda nacional.

A reindustrialização do país é também parte decisiva para a retomada de empregos de qualidade, em setores como o petrolífero, em especial refinarias e

gasodutos, biomédico, naval e automobilístico, entre outros. Nesse sentido, torna-se decisivo investimentos em ciência e tecnologia, com adoção da educação integral, integrando a juventude na construção do país. É importante também promover o desenvolvimento do setor viário nacional, com investimento em metrô, trens, ônibus e carros elétricos - incluindo a política da Tarifa Zero para beneficiar a população. A conclusão e inauguração da Ferrovia Norte-Sul é uma sinalização do compromisso do governo com a infraestrutura do país. **Importante ainda destacar a interrupção dos processos de privatização, a exemplo dos Correios, incluindo o cancelamento da "7ª rodada" da privatização dos aeroportos.**

Neste primeiro semestre de governo, as bancadas do partido na Câmara e no Senado garantiram a aprovação de projetos e medidas provisórias fundamentais para fazer o país andar. Para avançar na implementação das ações e dos programas do governo é decisivo ampliar a base de apoio no Congresso Nacional. Um leque de forças com base na afirmação do governo de mudanças, da retomada do desenvolvimento econômico, da reindustrialização e inserção do país na nova economia digital e da geração de empregos. A exemplo da frente política que derrotou o fascismo, a continuidade do processo de mudanças impõe uma ampla articulação parlamentar.

A busca pela ampliação das bases políticas no parlamento precisa estar acompanhada de um também amplo movimento de massas, articulado com as bases do partido e as organizações populares. Nós vencemos Bolsonaro nas urnas, mas não o bolsonarismo que persiste na sociedade. Também devemos considerar que o processo eleitoral resultou em um governo de coalizão, com diferentes pensamentos e projetos de país. Assim, é papel do Partido dos Trabalhadores fazer a disputa política para afirmar os interesses dos trabalhadores e do povo.

Tal tarefa impõe avançar na politização das conquistas junto ao povo e à sociedade em geral. Para isso, é preciso radicalizar na formação política e na mobilização das bases do partido, assim como aprofundar a relação entre a face institucional do PT, bancada e Executivo, com o trabalho partidário organizativo do

nosso Partido, instrumento essencial para o enfrentamento dos imensos desafios estratégicos que temos no horizonte. **A experiência dos comitês populares de luta deve ser ampliada.**

Nesse terreno, é decisivo aprofundar os mecanismos de comunicação do partido e também do governo para as conquistas cheguem às bases da sociedade. Nas eleições, o papel da comunicação do partido foi decisiva para fazer a disputa política em torno dos temas centrais, em especial da economia popular. Agora, é preciso buscar a apropriação, desenvolvimento e uso das ferramentas necessárias para uma comunicação ágil, moderna e conscientizadora. **E construir a articulação e distribuição das informações com foco, atuação coletiva e acessibilidade.**

Liderando um governo de frente ampla, Lula vem demonstrando sua capacidade de agregação política e seu compromisso cristalino com a democracia. Enfrentar o ascenso da extrema-direita e a pauta excludente dos setores neoliberais exige um partido mobilizado e ciente da complexidade do quadro em que vivemos. A exigência da punição severa aos golpistas que no dia 08 de janeiro intentaram contra o Estado Democrático de Direito: seus financiadores, estimuladores civis e militares é fundamental para o florescimento da democracia brasileira.

O planeta passa por uma das suas mais profundas crises, com deslocamento do centro econômico mundial e questionamento do poder unilateral sobre o planeta e ameaça de guerra nuclear. Neste contexto ganha destaque a presença da ex-presidente Dilma Rousseff na presidência do banco do BRICS, articulação construída por iniciativa do Brasil, durante os governos do partido.

Diante desse quadro, é papel do Partido dos Trabalhadores fortalecer as posições soberanas do presidente Lula e do Brasil na liderança da região, na defesa de um mundo multilateral, no questionamento do dólar como moeda hegemônica, na cobrança de reformas nos organismos políticos e econômicos internacionais, na

luta global contra a desigualdade e no combate à crise ambiental e na busca da paz.

Um novo Brasil está emergindo de um período submetido ao obscurantismo social, econômico e político, simbolicamente expresso na tentativa frustrada de golpe de Estado em 8 de janeiro. Ministérios foram recompostos, programas sociais resgatados, também direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos povos originários, da juventude, do movimento negro, do movimento LGBTQIA+.

O balanço dos primeiros seis meses responde ao compromisso assumido nas urnas, estão em sintonia com a história do partido e renovam o papel do presidente Lula na liderança do país. Estamos no rumo certo, mas é preciso avançar mais, com desenvolvimento, igualdade, democracia, soberania e paz.

Construindo um Novo Brasil

**CONTRIBUIÇÃO DA AVANTE PT PARA A REUNIÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT
DE 08 DE JULHO DE 2023**

O Diretório Nacional do PT se reúne no momento em que o terceiro governo Lula completou 6 meses de retomada da esperança. Após sete anos de desmonte do Estado brasileiro, de retrocessos em políticas públicas e de uma campanha de ódio que espalhou violência e desunião, os desafios são inúmeros. Findado esse primeiro semestre podemos dizer que o compromisso com a adoção de medidas que estimulam o crescimento econômico do país aliadas a políticas de promoção da inclusão social e enfrentamento à desigualdade está sendo honrado. Combater a fome, melhorar as condições de vida do povo Brasileiro, enfrentar o legado de destruição da economia, dos recursos naturais e de desmonte do Estado foi a tônica do período.

É preciso destacar que em meio a um processo de polarização política e divisão social acentuada, demos uma resposta ativa e barramos a tentativa de Golpe de Estado de 8 de janeiro, agora é chegada a hora de responsabilizar seus mentores e operadores, dentre esses o inelegível Jair Bolsonaro

Retomamos a credibilidade internacional do Brasil após anos de contínuo desgaste da imagem do país por meio do fortalecimento de laços diplomáticos orientados para as relações ao Sul-Sul e do investimento na agenda ambiental.

O governo do presidente Lula reassumiu compromissos do Brasil com defesa da soberania e autodeterminação dos povos, assim como a defesa de uma necessária multipolaridade nas relações internacionais.

Também assume na sustentabilidade social, ambiental, econômica e com o enfrentamento das mudanças climáticas. Diante da emergência climática, é necessária uma transição socioecológica ambiciosa. Não bastam os clichês de sempre de mudanças em padrões de produção e consumo. Trata-se de um desafio civilizatório de grande envergadura que exigirá a alteração do modelo

neocolonial que condena os nossos países latino-americanos a meros exportadores de commodities. O atual modelo é violador da natureza e dos territórios das nossas populações, em especial dos povos e comunidades tradicionais. Por esta razão a nossa Transição precisa contemplar o social e o ecológico, que supere este modelo que destrói nosso patrimônio ambiental, matas, nascentes, águas e envenena nossos povos com uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

O novo governo além de recompor a cooperação internacional para a preservação da Amazônia, retomou as ações de fiscalização e combate ao desmatamento, ao garimpo ilegal e as agressões contra os povos indígenas.

Após receber um país estagnado e com elevadas taxas de desemprego, já conseguimos colher os frutos dos primeiros estímulos à atividade econômica. O desemprego já começou a cair e a previsão de crescimento do PIB aumenta a cada mês. A redução no preço da gasolina aconteceu, como indicamos, com o fim da PPI na Petrobrás. A melhora na situação econômica não tem efeitos maiores pelo cenário de boicote promovido pelo presidente do Banco Central que insiste na manutenção da taxa básica em níveis astronômicos. Seguir condenando o Brasil com a maior taxa de juros real do mundo representa um atentado contra o país, um ataque ao nosso povo, uma sabotagem da democracia e do governo Lula. É um golpe contra o povo Brasileiro a imensa transferência de renda que essa taxa de juros real de 8% promove dos cofres públicos para os ricos do país, além de represar o investimento e prejudicar o crédito. O PT acerta em começar uma campanha de denúncia dessa sabotagem, mas tal denúncia precisa ganhar as ruas com intensa mobilização.

No plano econômico, o Brasil tem enfrentado esse momento de reconstrução e de retomada do crescimento com medidas emergenciais que visam reorganizar as contas públicas, reforçar a função distributiva do Estado, para ampliar os investimentos, gerar emprego e renda, preservar o patrimônio público e garantir direitos sociais. Merece destaque elevação do salário mínimo, nos primeiros meses do ano, para R\$1.320 mensais, medida que trouxe ganho real de 2,8%. Valorização

essa que até o momento está assegurada no Novo Regime Fiscal que tramita na Câmara dos Deputados.

O envio do PLP 93/2023 ao Congresso Nacional, que institui o regime fiscal sustentável e permite a revogação, quando aprovado e sancionado, do teto de gastos, assim como o resgate do piso constitucional da educação. Apesar de ser melhor que o teto de gastos, o RFS ainda mantém elementos da política econômica que represa o crescimento, e mantém a gestão do orçamento público com uma visão neoliberal. O projeto de lei do Carf, por sua vez, enfrenta a sonegação fiscal e amplia as possibilidades de arrecadação do Estado.

Como Partido dos Trabalhadores, contudo, precisamos ir além das congratulações. Nos cabe refletir coletivamente sobre os desafios colocados em uma conjuntura na qual a extrema-direita segue fortalecida e em que chefiamos o Executivo Federal ao mesmo tempo, em que precisamos lidar com um Congresso Nacional extremamente conservador e antipopular.

Precisamos apoiar as iniciativas do nosso governo, mas lembrar que este foi composto a partir de uma Frente Ampla constantemente pressionada pelos deuses do mercado, pela grande imprensa, e pelos mais retrógrados setores da política brasileira amplamente representados no Congresso nacional. Não podemos cair no canto da sereia e aceitar que os direitos sociais fiquem subordinados ao “equilíbrio orçamentário” ditado por tecnocratas.

O cenário no Congresso exige de nós uma intensa mobilização da sociedade brasileira em defesa dos interesses nacionais. As bancadas eleitas pelo PT, Frente e aliados de esquerda para atuação no Congresso, que apesar de terem crescido, não possuem condições de oferecer os votos necessários ao governo para garantir os interesses da maioria do povo. Com uma bancada do governo minoritária e um centrão muito fortalecido, sedento de recursos, sofreremos derrotas em votações como o Marco Temporal, o Marco do Saneamento, e fomos arrastados até os

minutos finais para aprovação da reforma ministerial, como uma forma de coação dirigida pelo presidente da Câmara.

O PT lida com a contradição de ver indicados em cargos do governo federal personalidades que compuseram ou apoiaram publicamente o Governo Bolsonaro mas que são indicação de partidos aliados. A decepção ecoa em nossa militância a cada notícia dessa natureza, e o governo se configura no reflexo dessa aliança, aprofundada para assegurar o fortalecimento da base parlamentar. Neste contexto, de disputa sobre o próprio governo, cada decisão que aprofunda nossa concepção de estado, cada disputa, como por exemplo sobre revogar a privatização de Estatais que são imprescindíveis ao desenvolvimento do país, deve ser saudada.

Nesse sentido, também precisamos defender uma Reforma Tributária que realmente mude e torne justo o sistema de impostos no Brasil. Aprovada a parte relativa ao consumo, o governo se comprometeu a enviar ao Congresso uma proposta para tributação da renda e do patrimônio. O PT precisa se posicionar para que a justiça tributária se consolide com a garantia da progressividade por meio de mudanças na tributação da renda e do patrimônio.

O projeto que o PT deve disputar no segundo semestre é aquele que regulamenta a taxação de grandes fortunas, aumenta as alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física, a faixa de isenção, taxe dividendos e mude a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Para tanto contamos com o povo ao nosso lado, pois segundo pesquisa do Datafolha, em parceria com a Oxfam, 85% da população apoia o aumento de impostos sobre o patrimônio dos mais ricos.

A agenda de disputa política dirigida pelo PT no próximo período envolve questões fundamentais para êxito do nosso governo na área econômica e para enfrentar a dura disputa contra um processo de super empoderamento do Congresso frente ao executivo, nas questões de governabilidade. Indicamos que o PT organize:

1 - Com os movimentos sociais que aceitarem somar, uma agenda de disputa de opinião na Sociedade Brasileira, com a caracterização da República, do sistema político e dos problemas que formam o ambiente para a existência de um Centrão super poderoso no Congresso que ameaça os interesses do Povo. Para tal o PT produzirá material impresso para envio aos diretórios estaduais, material para redes, seminários de debates. Todos elementos de acúmulo na intenção de construir hegemonia no debate sobre reforma política e disputar ideologicamente a Sociedade.

2 - Um material para ser impresso sobre a Autonomia do Banco Central e os Juros Alto para denunciar a sabotagem que o Brasil enfrenta. O material deverá explicar os danos da autonomia do BACEN e também da política de juros alto. O PT também produzirá um vídeo explicativo desse tema e as plenárias municipais deverão exibir esse vídeo. A agenda de enfrentamento aos juros alto deve ser discutida com toda a população Brasileira, de forma pedagógica e com a disputa político ideológica que o tema necessita.

24 é 13

Após vivenciar duas eleições municipais em condições extremamente adversas: a primeira após o golpe e a segunda no contexto pandêmico e durante o Governo Bolsonaro, o PT tem a chance de se fortalecer e ampliar sua presença em âmbito local. Ao apresentar nossos próprios candidatos e candidatas, poderemos ampliar a defesa do nosso projeto nacional, disputar ideias e afetos, e retomar na prática o modo petista de governar as cidades. Trata-se de ganhar eleições para mudar a vida do povo, mas também de aproveitar essa oportunidade para ampliar nossa capacidade organizativa.

Vivemos um processo de renovação que tem nos permitido eleger mulheres, negros e negras, indígenas e jovens, esse potente processo deve ter continuidade. O processo eleitoral pode cumprir um importante papel ao contribuir com um processo contínuo de formação de quadros políticos com enraizamento na base,

garantindo maior diversidade de vozes no partido e uma maior representatividade das demandas e realidades locais.

Não se trata aqui de qualquer chamado ao hegemonismo, precisamos seguir fortalecendo um núcleo de aliança programática e também realizar alianças táticas com os partidos progressistas e setores de outros partidos comprometidos com a defesa da democracia que tem sido fundamentais para o enfrentamento ao fascismo. Não podemos abdicar da possibilidade de utilizar o processo eleitoral, em que as pessoas ficam mais abertas ao debate político, como instrumento de disputa de hegemonia.

A escolha tática do PT deve ser pautada pela análise cuidadosa do contexto local e pela busca de estratégias que permitam o fortalecimento do partido e a conquista de vitórias nas eleições municipais para nós e nosso aliados programáticos, mas nossa orientação nacional deve ser de que em 2024 devemos nos apresentar, com candidaturas próprias, para o povo brasileiro no máximo de cidades possíveis, em especial nos municípios acima de 100 mil eleitores.

A busca pelo diálogo com diferentes setores da sociedade é um imperativo, mas ao reconstruir pontes não podemos perder de vista nosso norte, a superação da exploração dos seres humanos e a construção de um sistema alternativo. Devemos reforçar nossa identidade e transformar nossa força eleitoral em força política, organizativa que se reverta em vitórias em 2024, mas também na sustentação no nosso projeto político de transformação da sociedade.

Avante PT

Um cenário terrível e um governo de reconstrução:

Após o período de retrocessos na democracia e no Estado brasileiro, em que as classes dominantes, o grande capital internacional e o imperialismo romperam com os princípios democrático-liberais desde o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, iniciamos 2023 com a posse histórica do Presidente Lula!

Conseguimos garantir nas urnas uma potente vitória eleitoral e política contra o bolsonarismo, construída a partir de uma Frente Ampla e Democrática com diversos partidos, movimentos sociais, artistas, intelectuais e vários outros importantes e diversos setores da sociedade brasileira, mas sobretudo, uma vitória construída pelo povo e a classe trabalhadora brasileira. Uma maioria popular que acreditou em nosso programa e na liderança do Presidente Lula para resgatar a esperança na reconstrução e transformação de um Brasil arrasado pelo governo neofascista e ultraliberal de Bolsonaro.

Lula encontrou um Brasil destruído: no mapa da fome, taxas altíssimas de desemprego e inflação, endividamento crescente e carestia. Além de ameaçar a soberania e a democracia brasileira, Bolsonaro isolou nosso país do restante do mundo e construiu uma política internacional de subserviência aos EUA, destruiu as empresas estatais, diminuiu a capacidade de investimento do Estado, desmatou nossos patrimônios naturais e aprofundou as desigualdades sociais no Brasil, aprofundando a miséria e a fome.

Na economia, o governo Lula encontrou um quadro ainda pior do que se esperava. Bolsonaro e Paulo Guedes armaram uma bomba para estourar no colo de Lula. Primeiro, limparam o caixa do Estado brasileiro em uma tentativa de comprar as eleições, o efeito desse arroubo foi um orçamento para 2023 que teve de ser profundamente emendado e recomposto com a 'PEC do Bolsa Família', a

primeira importante vitória da articulação política de Lula, que garantiu sua aprovação ainda no ano de 2022 antes da posse, algo inédito na história do país.

Saudamos o novo Brasil que está renascendo com o Governo Lula, retomando nosso protagonismo internacional, reconstruindo políticas sociais e recolocando o Estado como planejador e indutor do desenvolvimento econômico.

Com Lula voltaram os Ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e foi criado o Ministério dos Povos Indígenas. Programas como o Minha Casa Minha Vida, os Mais Médicos, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, o PAC 3 foram reconstruídos. O investimento em universidades e institutos federais, as políticas ambientais, o investimento na cultura, na agricultura familiar e o enfrentamento à fome, à pobreza e ao desemprego voltaram ao centro das nossas políticas.

Saudamos as agendas internacionais de Lula que mostram a retomada de uma política internacional ativa, soberana, multipolar e centrada nos interesses do povo brasileiro.

Após o desastre da saúde brasileira durante a pandemia de Covid-19 do governo negacionista de Bolsonaro, Lula teve o sucesso de indicar a primeira mulher Ministra da Saúde. A escolha da Ministra Nísia Trindade para liderar o processo de fortalecimento das políticas públicas na saúde, seja na atenção primária, especializada, na ampliação das ofertas de serviços e profissionais de saúde para todo o Brasil, é fundamental para garantir uma gestão da saúde com eficácia, visto que é um tema de suma importância.

Lula acertou em deixar nítido na 17ª Conferência Nacional de Saúde que a Ministra Nísia fica, e que não vai abrir mão da saúde como tema fundamental e estratégico do projeto de união e reconstrução do Brasil.

A vitória de Lula e sua atuação no cenário internacional trás para o Brasil uma nova onda de confiança e esperança no crescimento econômico. Apesar da sabotagem de Campos Neto, que mantém sobre o nosso país a maior taxa de juros

do mundo, penalizando o orçamento e a economia em geral, o Brasil cresce reduzindo preços para a nossa população. O Estado retoma seu papel planejador e indutor do crescimento com o fortalecimento do BNDES; as parcerias com China e América Latina; os aumentos do Plano Safra e do PRONAF; a retomada do PAA; o anúncio da vinda para o Brasil da montadora chinesa de carros elétricos BYD; e a provável aprovação de um Novo Arcabouço Fiscal com piso de Investimento Público de 78 bilhões. Avança uma reforma tributária sobre consumo que arrecadará mais cobrando menos do mais pobre e taxando o consumo de luxo. A taxa de inflação tem tendência de queda a partir da Nova Política de Preços da Petrobrás e da cotação do Dólar. Nem mesmo os ataques especulativos de parte do Capital Bancário conseguem segurar a maré de otimismo que vive o Brasil.

O Brasil voltou!

Jogar o fascismo na lata do lixo da história:

Derrotamos o fascismo nas urnas, mas ele segue vivo na sociedade. Bolsonaro teve 49% dos votos do país mesmo tendo em seu legado a morte de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras devido ao descompromisso e negacionismo durante a maior tragédia sanitária desse século, a pandemia de Covid-19 e ao descaso com os povos originários e os biomas brasileiros diante do avanço da parte atrasada do agronegócio predador, do garimpo e dos grileiros sobre as terras indígenas e o meio ambiente.

A invasão, os ataques, a destruição dos três poderes contra símbolos democráticos no 8 de janeiro mostrou a verdadeira face da ultradireita brasileira: não aceitam a derrota eleitoral. Os quatro anos de Bolsonaro permitiram que o “ovo da serpente” fosse chocado, gerando um ambiente de violência, ódio, intolerância e discriminação na sociedade brasileira. Por isso, seguir na luta pela culpabilização e punição de todos os envolvidos, desde os terroristas de Brasília, até os grandes financiadores, é fundamental para a luta intransigente em defesa da democracia.

Reconhecemos a justiça da inelegibilidade de Bolsonaro, consequência de alguns dos crimes cometidos e a possível fragmentação da extrema direita, mas

ressaltamos que não devemos menosprezá-los. Não podem existir dúvidas sobre a punição aos envolvidos, financiadores e divulgadores do golpismo. SEM ANISTIA! A frente ampla pela democracia deve trabalhar pela desfascistização do Brasil. Os crimes de Bolsonaro e seu governo na pandemia e contra o meio ambiente não podem ser perdoados.

Os desafios são muitos: governo partido de mobilização permanente:

O terceiro mandato de Lula deve implementar o projeto que apresentamos ao país nas eleições: prioridade ao povo pobre e à classe trabalhadora brasileira. Mas isso não será possível sem luta social, disputa de narrativa e comunicação de massa.

Precisamos fortalecer o PT na luta cotidiana da disputa de consciência, da luta social, da reorganização nos territórios, do enfrentamento real ao retrocesso ideológico provocado pela disseminação do pensamento neofascista e focar a nossa atuação na luta de classe e a identidade com o povo. Os comitês populares precisam ser fortalecidos. Devemos organizar grandes campanhas populares como contra os juros altos e o presidente do Banco Central.

Precisamos fortalecer o PPA Participativo como instrumento de mobilização e de construção de um governo popular, que escuta e dialoga com todo o povo brasileiros e os movimentos sociais organizados.

Devemos compreender a Federação Brasil da Esperança como ferramenta estratégica para o fortalecimento da governabilidade do governo Lula, da esquerda brasileira e das lutas sociais no Brasil num ambiente de convergência e unidade progressiva, sempre respeitando a história e autonomia dos partidos que compõem a pluralidade da esquerda brasileira. É tarefa do PT buscar a unidade da esquerda brasileira.

Derrotar o neofascismo permanentemente exigirá a retomada do trabalho de base, a compreensão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a

capacidade de mobilização de massa, programa nítido, campanhas permanentes e luta concreta.

Será preciso ainda, criar uma estratégia digital que seja capaz de renovar a linguagem, fazer cotidianamente monitoramento de redes, dando respostas imediatas aos ataques contra o Governo Lula e divulgando nossas ações. Uma comunicação que dialogue para além da nossa própria bolha, que tenha estratégia. Não há dicotomia entre redes e ruas. É preciso falar e mobilizar milhões: nas redes e nas ruas.

Devemos lutar pelo fim da violência política de gênero expressa em tantos ambientes, mas que hoje chama atenção na tentativa de cassar o mandato de seis deputadas de esquerda por lutar contra o marco temporal que significa roubo e genocídio dos povos indígenas. Célia Xakriabá (MG), Fernanda Melchionna (RS), Sâmia Bomfim (SP) e Talíria Petrone (RJ), Juliana Cardoso (SP) e Erika Kokay (DF) ficam!

Aluta por direitos é central para a construção de um outro projeto de sociedade e não podem ser enxergadas como uma divisão na luta de classe, como se a classe trabalhadora não fosse composta por jovens, mulheres, negros e LGBTs. O feminismo, o enfrentamento ao racismo, os direitos sexuais e reprodutivos, as lutas da juventude não podem apenas um canto do nosso programa, precisam ser estruturantes.

A potência necessária para ajudar Lula a mudar o Brasil está no PT e na sua militância. Devemos disputar valores na sociedade: o fim do machismo, do racismo e da discriminação contra LGBTs, a liberdade religiosa e o Estado laico. A solidariedade frente à competição, os direitos frente à falsa ideia de meritocracia, a justiça frente à violência: um outro mundo possível, mais solidário, justo e igual.